

19 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça nega prisão domiciliar para delatora da Publicano

Defesa alegava que as péssimas condições da cadeia teriam agravado o quadro depressivo da auditora fiscal Rosângela de Souza Semprebom



O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, afirmou que a prescrição médica da ré não permite conceder a prisão domiciliar

Rafael Machado

Grupo Folha

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, negou pedido de prisão domiciliar impetrado pela defesa da auditora fiscal da Receita Estadual Rosângela de Souza Semprebom, uma das deladoras da Operação Publicano, deflagrada pelo Ministério Público para investigar possível esquema de corrupção dentro do órgão. Ela é irmã do também delator Luiz Antônio de Souza, preso desde o início das diligências. Só em 2014, promotores acreditam que o pagamento de

propinas a agentes públicos pode ter ultrapassado R\$ 38 milhões.

Rosângela Semprebom permanece detida no 3º Distrito Policial, no Jardim Bandeirantes (zona oeste), mas como possui ensino superior teria direito a uma cela especial. A mesma solicitação foi encaminhada para a Vara de Execuções Penais (VEP), que ficou responsável por encontrar alguma vaga em outra unidade para a acusada. No entanto, foi determinado que a delatora permanecesse no mesmo lugar onde atualmente está detida até a conclusão dos trabalhos.

As condições da cadeia também foram usadas para pedir a transferência. Conforme a defesa, os banhos de sol foram interrompidos em dezembro, o que teria implicado no desenvolvimento e agravamento de um quadro depressivo. Para fundamentar a decisão, o juiz Juliano Nanuncio alegou que a prescrição médica da ré não permite conceder a prisão domiciliar, isso porque não há confirmação de que a doença realmente seja grave.

CONTINUA

19 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CONDENAÇÃO

A irmã de Luiz Antônio de Souza teve a prisão preventiva decretada em 19 de maio de 2016. No dia 15 de dezembro, a 3ª Vara Criminal condenou 42 réus na Operação Publicano 1, incluindo auditores, empresários, contadores e outras pessoas envolvidas no esquema de corrupção no Fisco estadual. A auditora teve a sentença aplicada a 12 anos de reclusão por corrupção passiva tributária e organização criminosa.

Na sentença, que contém 1.616 páginas, as maiores penas foram aplicadas pelo juiz Nanuncio ao ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual Márcio Albuquerque Lima (97 anos, um mês e 29 dias) e para a mulher dele, a também auditora Ana Paula Pelizari Marques Lima (76 anos e sete meses). Lima foi apontado pelo Ministério Público como o chefe da organização criminosa que desviou cerca de R\$ 2 bilhões em todo o Estado. Ele foi condenado em 30 situações, que envolvem crimes de integrar organização criminosa, corrupção passiva tributária e corrupção ativa. Além da pena de quase um século de reclusão, o juiz fixou multa de R\$ 2,3 milhões. Já Ana Paula teve 29 penas aplicadas, pelos mesmos crimes do marido, com multa estipulada em R\$ 1,5 milhões.

Principal delator da Publicano e irmão de Rosângela, Luiz Antônio de Souza foi condenado a 49 anos e um mês por 25 crimes cometidos, entre eles o de integrar organização criminosa, corrupção passiva tributária e corrupção ativa e violação do sigilo funcional. Souza, que segue preso após ter o termo da delação rescindido em razão de reincidência criminosa apontada na Operação Publicano 5 (é acusado de achacar um empresário mesmo estando na prisão), também está envolvido no processo que investiga uma rede de exploração de menores em Londrina. Em novembro, a Receita demitiu Souza de seus quadros ao concluir um processo administrativo disciplinar contra ele.

19 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAVOIO HUMBERTO

CNJ precisa se mexer

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve explicações sobre a falta de “corretivo” para juízes e tribunais que acumulam processos, sem julgar presos. Além de fazer cobranças ao governo, a ministra Cármen Lúcia, que preside o CNJ, precisa dar um “pedala” nessa turma.

Coisa de País rico

Criticado por magistrados pela sua coloração “bolivariana”, o Conselho Nacional de Justiça tem 800 funcionários. É o maior e mais caro sistema de fiscalização de juízes do mundo.

Revisão MAZZA

Essa, sim, embora atrasada, é medida urgente de política criminal: por orientação do Conselho Nacional de Justiça serão feitas no Paraná revisão das prisões e respectiva urgência de 10 mil detentos, decorrentes da exasperação do combate ao tráfico que fez a superlotação das nossas penitenciárias e cadeias. Verificou-se que, dentre esses presos, havia muitos que não tinham sequer antecedentes criminais, razão pela qual não poderiam, com um mínimo respeito ao espírito da legislação, ficar junto com criminosos de maior potencial ofensivo e, ainda por cima, vinculados às facções terroristas.

19 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Vereadores tomam posse e voltam para a cadeia em Foz do Iguaçu

“ Não vemos com bons olhos
pessoas saindo da cadeia,
escoltadas, tomando posse como
vereadores e voltando para a prisão”

Edson Ferreira
Reportagem Local

Sob protestos e gritos de “vergonha” de dezenas de pessoas, cinco vereadores de Foz do Iguaçu (Oeste) deixaram a prisão e foram escoltados pela polícia para tomar posse na Câmara Municipal, na manhã dessa quarta-feira (18). Anice Gazzaoui (PTN), Rudinei de Moura (PEN), Darci Siqueira (PTN), Edílio Dall’Agnol (PSC) e Luiz Queiroga (DEM) estão presos desde o mês de dezembro, quando houve a deflagração da quinta fase da Operação Pecúlio, que apura corrupção na Prefeitura de Foz do Iguaçu por meio de fraudes em licitações para a área da saúde.

A sessão tumultuada envolveu vários segmentos da segurança pública, como as polícias Militar e Federal, além de agentes penitenciários e Guarda Municipal. A Justiça concedeu liminar autorizando a posse dos investigados porque eles foram presos após a diplomação. Para o presidente do Observatório Social de Foz do Iguaçu (OSFI), Juliano Bicigo, a cidade está passando por um momento “muito difícil”. “A nossa posição é de repúdio a

essa situação. Mesmo que estejam se defendendo na Justiça dos crimes que são acusados, não vemos com bons olhos pessoas saindo da cadeia, escoltadas, tomando posse como vereadores e voltando para a prisão.” Os parlamentares assinaram o livro de posse, fizeram o juramento e voltaram para a detenção.

A Operação Pecúlio atingiu 12 dos 15 vereadores no final do ano passado – dois foram soltos e cinco não foram reeleitos –, investigados pela Polícia Federal por suposto recebimento de mensalinho em troca de apoio político aos projetos do Executivo. O ex-prefeito Reni Pereira (PSB) chegou a ser preso no mês de abril, por suposta participação no esquema. A vereadora Anice Gazzaoui já havia assinado o livro na semana passada, mas a Justiça considerou o ato nulo, porque não havia representantes da Mesa Executiva na ocasião. Foi determinada pelo Judiciário a realização de uma sessão para a posse, realizada nesta quarta.

De acordo com Bicigo, Foz do Iguaçu precisa retomar a ordem administrativa para sair do noticiário negativo. “Depois

de várias fases da Operação Pecúlio, a credibilidade destes órgãos públicos perante a população caiu demais”, lembrou. Apenas oito parlamentares estão no pleno exercício do cargo, tendo em vista que a presidente da Casa, Inês da Saúde (PSD) assumiu a prefeitura depois que o eleito para o cargo, Paulo MacDonald (PDT), teve o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral. O vereador Beni Rodrigues (PSB) está entre os que já deixaram a cadeia, mas não assumiu a cadeira.

Apesar do cenário trágico, o presidente do OSFI relatou práticas positivas dos novos vereadores. “Estão se reunindo todos os dias para discutir os problemas da cidade mesmo com o Legislativo em recesso, já anunciaram que haverá cortes de comissionados e até agora não chamaram suplentes nem assessores para evitar gastos”, falou Bicigo. “Ainda há esperança.”

A reportagem procurou o presidente da Casa, Rogério Quadros (PTN), mas ele não deu retorno ao pedido de entrevista.

19 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

STJ nega liminar a empresários envolvidos na Custo Brasil

Julia Affonso e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, indeferiu pedido de liminar em favor dos empresários Joaquim José Maranhão da Câmara e Emanuel Dantas do Nascimento, sócios da empresa Consucred, sediada em Recife, investigados por suposto envolvimento em pagamento de propina a servidores públicos e agentes políticos na Operação Custo Brasil - que mira também o ex-ministro Paulo Bernardo (Planejamento). Os empresários foram submetidos a medidas cautelares diversas da prisão, como comparecimento quinzenal em juízo para prestar esclarecimentos sobre suas atividades, apreensão de passaportes e proibição de manterem contato com os demais investigados, inclusive entre si, informou o site do STJ (RHC 79927).

Como sócios da empresa de consultoria e vendas Consucred, eles teriam se valido da pessoa jurídica para a suposta prática de ilícitos penais, aliando-se à Consist Software, com a qual mantinham contrato de assessoria comercial e institucional.

O "esquema Consist" teria movimentado mais de R\$ 102 milhões, supostamente utilizados de forma ilícita para remunerar servidores do Ministério do Planejamento e agentes políticos, entre 2010 e 2015.

A Custo Brasil levou à prisão preventiva do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo - decretada pela Justiça Federal em São Paulo -, depois colocado em liberdade por ordem do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal.

19 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça mantém suspenso aumento da tarifa em SP

É a quarta derrota de Alckmin, que vai recorrer; governo diz que veto causará prejuízos de R\$ 404 milhões. Reajuste pretendido chega a 35,7%

Bruno Ribeiro
Fabio Leite

O desembargador Spoladore Dominguez, da 13.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou ontem o último recurso do governo Geraldo Alckmin (PSDB) e manteve suspenso o aumento das tarifas de integração de ônibus com trilhos (trem e metrô) e dos ônibus intermunicipais. O governo vai recorrer da decisão.

Esta foi a quarta derrota de Alckmin na Justiça para tentar reajustar parcialmente os preços das passagens de trem e metrô e manter a tarifa básica congelada em R\$ 3,80, encampanando a promessa de campanha do prefeito da capital, João Doria (PSDB), seu afilhado político.

Com a decisão, a tarifa integrada continua sendo de R\$ 5,92. O governo havia aumentado o valor no dia 8 de janeiro para R\$ 6,80, o que reduzia o desconto na segunda passagem

• Efeito

R\$ 4,05

é para quanto pode ir o preço da tarifa básica de trem e metrô em São Paulo caso o governo não consiga reverter a suspensão do reajuste na integração.

para quem faz a integração entre ônibus e trilhos de 22,1% para 10,5%, o menor desde o início da cobrança, em 2006.

O agravo de instrumento do governo ao TJ pedia o efeito suspensivo da liminar que barrou os reajustes de 14,8% na tarifa integrada e de até 35,7% nos bilhetes temporais na semana passada. Alckmin já havia tentado um primeiro recurso ao presidente da Corte, mas Paulo Dimas indeferiu o pedido.

Na sequência, a juíza Simone Viegas Moraes Leme, da 15.^a Vara da Fazenda Pública do Estado, ampliou a suspensão para os reajustes dos ônibus inter-

municipais da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), que haviam aumentado, em média, 7,1%.

No recurso, o governo afirmava que as integrações de ônibus com trem e metrô não precisam mais de estímulo financeiro aos passageiros e que o veto aos aumentos propostos iria causar um prejuízo de R\$ 404 milhões em 2017. Também negou que a decisão de reajustar a integração e encampar a promessa de Doria de congelar a tarifa básica tenha sido política.

Na decisão de ontem, contudo, o desembargador Dominguez afirma que “não está presente o risco de dano grave e de difícil reparação” ao governo, requisito necessário à concessão do efeito suspensivo. “O alegado prejuízo ao Estado não se consolidará, de forma imediata, a curto prazo; diferentemente do que, a priori, ocorrerá com a parcela dos usuários que serão diretamente afetados pelo reajuste tarifário”.

19 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça autoriza saque de depósito judicial no Rio

Daniela Amorim / RIO

O governo do Rio de Janeiro conseguiu liminar na Justiça que determina que o Banco do Brasil mantenha os repasses de depósitos judiciais e administrativos de ações em que o Estado é parte, que têm sido resgatados e usados pelo governo no custeio de despesas públicas.

Na decisão publicada nesta semana, a juíza Roseli Nalin, da 5.^a Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio, concedeu liminar para que o Banco do Brasil deixe de aplicar as sanções previstas em lei complementar, permitindo a continuidade do repasse de 70% do valor de novos depósitos judiciais e administrativos.

A lei diz que, se o Estado não recompuer o fundo que garante os resgates dos depósitos judiciais no percentual de 30% em até 48 horas depois de ser notificado, o repasse de novos valores fica suspenso. Se a prática se repetir três vezes, o Estado é excluído dos repasses.

A juíza, no entanto, atendeu a petição da Procuradoria-Geral do Estado para que as sanções não fossem aplicadas. A magistrada, porém, determinou que parte da parcela que cabe ao Estado seja utilizada para recomposição do fundo de reserva, com a transferência de cerca de R\$ 22,6 milhões ao BB. O governo também fica obrigado a informar quais obrigações constitucionais e serviços públicos serão custeados com a verba.

“Chegou a liminar, estamos avaliando o que será feito”, disse ontem, o presidente do BB, Paulo Caffarelli, sem adiantar se o

banco pretende recorrer da decisão. Segundo ele, “não é a primeira vez” que decisão em caráter liminar determina à instituição continuar os repasses.

Resgates. Os depósitos judiciais são recursos depositados por pessoas ou empresas ao longo das disputas na Justiça. O dinheiro fica depositado no Banco do Brasil, para que seja resgatado pelo vencedor da ação, custeando precatórios judiciais. A decisão de ontem se baseia na recomposição do fundo de reserva de depósitos judiciais em que o Estado faz parte da ação.

Uma lei estadual do Rio permite o saque de depósitos judiciais de ações de terceiros, das quais o Estado não é parte, para pagamento de precatórios e para injetar dinheiro na Rioprevidência.

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz aponta farsa e nega transferência de Valério

Leonardo Augusto

ESPECIAL PARA O ESTADO

BELO HORIZONTE

19 JAN 2017

Marcos Valério Fernandes de Souza, que cumpre pena de 37 anos de prisão na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG), é suspeito de prestar informação falsa à Justiça ao pedir transferência para uma outra unidade prisional de Minas – a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), da cidade de Lagoa da Prata.

No pedido de transferência ao Supremo Tribunal Federal, Valério informou que sua mãe e sua companheira moravam na cidade. A informação foi revelada pelo jornal *O Globo*. A solicitação foi aceita pelo ministro Luís Roberto Barroso em 19 de dezembro, sob a condição de que a decisão final caberia ao juiz da comarca local.

A Apac em Lagoa da Prata prevê assistência espiritual e orientação para atividades artísticas e o controle sobre os presos é bem mais ameno do que o feito nas penitenciárias do Estado.

Ao negar a transferência, o juiz Aloysio Libano de Paula Junior disse que constatou, por visita própria e com o envio de oficial de justiça, que no endereço informado não viviam parentes de Valério.

A Procuradoria-Geral da República informou que confirmada a suspeita de falsidade ideológica, poderá haver impacto na pena que Valério cumpre. A investigação será feita pela comarca de Lagoa da Prata.

A defesa argumentou no pedido de transferência que Valério vinha sofrendo ameaças na penitenciária e que o ambiente do presídio prejudica a delação premiada que ele negocia com a PGR. Procurado, o advogado de Valério, Jean Robert Kobayashi, não respondeu aos contatos.

19 JAN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Governo decide injetar R\$ 30 mi em qualificação de presos

Dados do CNJ mostram que 16.622 vagas de emprego foram criadas pelo projeto desde 2009, mas somente 11.828 foram preenchidas

Como mais uma medida para tentar reagir à crise no sistema penitenciário, o governo federal decidiu injetar R\$ 30 milhões no projeto Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) há oito anos para proporcionar a reinserção profissional de pessoas presas.

De acordo com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que se reuniu na manhã de hoje (18) com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, a meta será beneficiar 15 mil detentos com qualificação profissional. Questionado, ele não especificou

de onde sairão os recursos para a parceria.

Por enquanto, foi criado um grupo de trabalho com técnicos do Ministério do Trabalho e do CNJ para mapear o mercado e identificar quais cursos de qualificação profissional devem ser ofertados aos detentos. A intenção, segundo Nogueira, é fazer um lançamento oficial da parceria até o dia 10 de fevereiro.

Por meio do Começar de Novo, os tribunais de Justiça estaduais promovem ações de qualificação e firmam parcerias com empresas visando a reinserção profissional de detentos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Há covardia
em decidir
por pressões
externas, diz
ex-juiz**

19 JAN 2017

Nos primeiros dias de janeiro, uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, o maior do Amazonas, resultou na morte de quase 60 presos, além da fuga de mais de uma centena deles. Como resposta para reduzir a tensão no sistema prisional, o governo do estado deu início a um mutirão carcerário que na primeira semana concedeu liberdade a 432 presos provisórios.

A medida tem sido a mesma de outros estados onde também houve rebeliões neste início de ano. O governo federal também apresentou suas medidas para tentar resolver o problema. Entre elas está a criação de novos presídios.

A soltura de presos ilegais foi o que motivou a aposentadoria do juiz Livingsthon José Machado em 2005. Quando a prática ainda era uma novidade, Machado determinou a soltura de 59 presos ilegais em Contagem (MG). O ato do ex-juiz foi criticado na época pelo governador Aécio Neves (PSDB), acusado de “fazer proselitismo pessoal” e colocar em risco a segurança pública.

Agora advogado, Livingsthon Machado afirma que deveria fazer parte do cotidiano de todo juiz criminal determinar a soltura imediata quando a prisão for ilegal ou abusiva. Para ele, as recentes decisões liberando presos têm sido tomadas por desespero e medo, sem nenhum planejamento.

“Há na verdade, uma covardia dos juizes em decidir por outras pressões, como interesses corporativos, de partidos políticos ou

19 JAN 2017

BEM PARANÁ

Tribunal de Justiça do Paraná fará concurso de técnico judiciário

O Tribunal de Justiça publicou na tarde de ontem o edital para concurso de Técnico Judiciário do 1º Grau. Serão 100 vagas para o cargo, destas, 40 serão para Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba e 60 vagas para as demais Comarcas do interior do Estado. As inscrições poderão ser feitas através do site do Tribunal de Justiça, a partir de 23 de janeiro.

19 JAN 2017

BEMPARANÁ

Supremo

A Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal contra a suspensão do reajuste salarial dos servidores públicos paranaenses, aprovada pela Assembleia Legislativa no final do ano passado. O reajuste estava previsto em lei aprovada em junho de 2015, mas o governo propôs alteração no texto para adiar a data-base do funcionalismo, enquanto não forem implantadas e pagas as promoções e progressões devidas aos servidores, e comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira. A alegação foi de que o Estado não teria como pagar o reajuste e as promoções ao mesmo tempo.

Retroatividade

Na ação, a confederação alega que a mudança viola "o direito líquido e certo dos servidores do Executivo aos reajustes" e cria "tratamento diferenciado em relação aos demais Poderes do estado". Outro argumento é o de que, antes de ser alterada, a Lei 18.493/2015 – que previa o reajuste em janeiro – já estava produzindo efeitos, o que, segundo ação, representaria ofensa ao princípio da irretroatividade e da segurança jurídica. A entidade argumenta ainda que a mudança na lei vai contra jurisprudência estabelecida pelo STF em julgamento que reconheceu a existência de direito adquirido a reajustes previstos em lei para servidores do Tocantins.

Ameaças

A Justiça de Arapongas (Norte-Central) acatou pedido do Ministério Público e determinou a prisão temporária de duas pessoas suspeitas de ameaçarem juízes e promotores da cidade. Os mandados de prisão foram cumpridos na manhã de ontem. Também foram autorizadas buscas e apreensões nas residências de supostos envolvidos no crime.

Coação

Segundo o MP, juízes e promotores responsáveis pela condução de um processo criminal relacionado a tráfico de drogas em Arapongas vêm sofrendo ameaças desde o início das investigações, em maio de 2016. Foram endereçadas a eles cartas anônimas com intimidações graves, conduta que configura o crime de coação no curso do processo. Os suspeitos foram identificados por meio de diligências realizadas pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar.

19 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Intervenção e desespero

Num quadro de emergência, militares são autorizados a agir nos presídios brasileiros, mas iniciativa passa longe de ser solução para a crise

Como resposta a uma situação emergencial, e motivada por apelos de governos estaduais, a autorização dada pelo presidente Michel Temer (PMDB) às Forças Armadas para que atuem dentro dos presídios brasileiros não aspira a apresentar-se como solução para a crise dos últimos 15 dias.

Intervenção semelhante, vale lembrar, foi efetuada em 2015 no mesmo complexo penitenciário manauara onde ocorreu o primeiro confronto sangrento entre facções criminosas neste ano.

Nada muda, portanto, num problema que não têm como ser debelado por uma ação pontual e necessariamente breve.

Necessariamente, porque a presença de militares em ambiente corrompido a tal extremo poderia resultar, no médio prazo, em uma contaminação nefasta —um risco que o país não pode correr.

Já basta que a influência do crime organizado, a ausência de controles internos mais rígidos, o espírito de corpo e a falta de motivação profissional tenham contribuído para tornar ineficiente, quando não submissa à bandidagem, boa parte das polícias estaduais.

Um passo além na espiral de causas e efeitos leva às considerações feitas por um juiz de Minas Gerais, Livingsthon José Machado,

em entrevista a esta *Folha*.

Tendo sido punido com aposentadoria compulsória por determinar, em 2005, a soltura de 59 presos ilegalmente detidos em delegacias superlotadas, Machado critica o que seria um comportamento omissivo da magistratura diante de encarceramentos abusivos — que, por sua vez, contribuem para o caos dentro dos presídios.

Sabe-se que, com frequência, a simples posse de droga leva a condenação por tráfico, sobretudo se o réu for negro e de classe baixa.

Para encurtar uma longa história —que provavelmente só terminará com a legalização dos entorpecentes—, o mesmo aparato que se empenha em punir com extremos de rigor termina num extremo de passividade e desmoralização, com criminosos fazendo o que bem entendem nas prisões.

Convocam-se, então, as Forças Armadas; com atuação bem delimitada, efetuarão varreduras nos presídios em busca de armas, drogas e celulares, no intuito de ajudar a conter a onda de violência.

Dada a urgência, aceita-se tal recurso. Mais importante, contudo, será ampliar a colaboração dos serviços de inteligência, como também propõe o Planalto, e estruturar um contingente mais efetivo da Força Nacional de Segurança.

Enquanto o atraso e a irracionalidade prevalecerem nas leis, nas administrações e no comportamento das autoridades, nada faz prever que os presídios brasileiros estarão livres de rebeliões e matanças uma vez encerrada a missão militar.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Crise prisional

19 JAN 2017

O notório colunista de esquerda Bernardo Mello Franco, portanto oposição ao atual governo federal, baseia-se em opiniões de Walter Maierovitch para desançar medidas tomadas em relação à grave crise penitenciária (“Tiros de chumbinho”, “Opinião”, 18/1). Cumpre ressaltar que o “especialista” citado é conhecido por posições quanto à política antidrogas, não sobre assuntos prisionais. O Executivo acerta ao decretar as medidas de emergência, pois é necessário estancar as rebeliões de imediato.

OSVALDO CESAR TAVARES (São Paulo, SP)

Surpreendente a capacidade de desinformação da assessora de imprensa da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo. Ela diz no “Painel do Leitor” (18/1) que SP é o único Estado que conta com o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) nas penitenciárias. Não pesquisei sobre os demais Estados, mas, no Paraná, em 2008, quando trabalhei como médica na Secretaria da Justiça, o RDD já fazia parte do elenco disciplinar do Departamento Penitenciário.

TÂNIA MADRUGA DUARTE (Curitiba, PR)



FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LINHA DURA

19 JAN 2017

Crítico da descriminalização das drogas, o ministro Osmar Terra (Desenvolvimento Social e Agrário) discorda de Alexandre de Moraes (Justiça) sobre a possibilidade de relaxamento das penas para traficantes como forma de reduzir a superlotação penitenciária no Brasil.

DISTÂNCIA

“O que tem que ter é uma separação pela gravidade do crime”, diz Terra. “Não só o pequeno traficante, mas todo mundo que comete pequenos delitos. Não pode ficar convivendo com preso violento, chefe de facção. O coitadinho, para ele não ficar com o grande, então vamos soltar? Ele vai para a rua vender droga de novo.”

BANHO DE SOL

A proposta de penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade, para pequenos traficantes sem antecedentes criminais e que não fazem parte de organizações criminosas tem sido considerada por Moraes. A Folha ele disse que prender pessoas com esse perfil é colocar “soldados nas mãos das lideranças dos presídios”.

ALMA DO NEGÓCIO

Para o ministro do Desenvolvimento Social, “o pequeno traficante é o traficante. É ele que leva a droga para as pessoas. E quem faz funcionar [o tráfico] tem que sair da rua”. Terra diz que afrouxar a legislação sobre o tema agora seria “inconsequência”. Ele tem se reunido com Moraes para discutir a crise na segurança e apresentado contribuições que sua pasta pode dar.

19 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Deputados americanos defendem Lula e atacam Moro Carta será divulgada nesta quarta-feira

DA ENVIADA ESPECIAL A WASHINGTON

Um grupo de 12 deputados do Partido Democrata dos EUA vai divulgar nesta quarta-feira (18) uma carta pública em defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que acusa o juiz Sergio Moro de persegui-lo por meio de decisões "arbitrárias".

A carta, obtida pela **Folha**, é endereçada ao embaixador do Brasil em Washington, Sergio Amaral. "Estamos especialmente preocupados com a perseguição do ex-presidente Lula da Silva, que viola as normas de tratados internacionais".

Na carta do grupo liderado pelo deputado democrata John Conyers, os legisladores afirmam que "Lula é visto como uma série ameaça nas urnas por seus oponentes políticos".

Também assinam a missiva alguns sindicatos e think tanks americanos, entre eles a central sindical AFL-CIO, que tem mais de 12 milhões de membros. (PATRÍCIA CAMPOS

MELLO)

19 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Vereadores presos tomam posse em Foz



Policiais ficaram em pé atrás dos cinco vereadores empossados durante a cerimônia na Câmara.

Parlamentares foram escoltados até a Câmara, sob protesto dos populares.

Cerimônia ocorreu por determinação judicial

Kelli Kadanus

● Em sessão tumultuada na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, cinco vereadores reeleitos em outubro do ano passado e que estão presos desde dezembro, acusados de corrupção, foram empossados nos cargos ontem de manhã. Os parlamentares foram escoltados pela polícia até a Casa e, após a cerimônia, levados de volta à prisão.

A posse atendeu a uma determinação da juíza Juliana Arantes, da Vara de Corregedoria dos Presídios de Foz do Iguaçu. Foram empossados os vereadores Anice Gazzouli (PTN), Darci Siqueira (PTN), Rudinei de Moura (PEN), Edilio Dall'Agnol (PSC) e Luiz Queiroga (DEM).

Durante a cerimônia, manifestantes ocuparam o plenário da Câmara e vaiaram os presos, com gritos de "vergonha" e pedidos exaltados de renúncia. Os parlamentares fizeram o juramento, assinaram o livro de posse e saíram escoltados pelos policiais.

Os vereadores foram presos em dezembro do ano passado na 5.ª fase da Operação Pecúlio, da Polícia Federal. O grupo é suspeito de receber propina para dar apoio político a projetos de interesse do ex-prefeito Reni Pereira (PSB).

A Operação Pecúlio, deflagrada em abril do ano passado, investigou um esquema de corrupção na prefeitura da cidade que envolvia fraudes em licitações para contratações no setor da saúde municipal. Doze presos já deixaram a prisão depois de firmarem acordos de colaboração premiada.

O então prefeito Reni Pereira também foi preso, assim como empresários, secretários e servidores municipais.

Quedas do Iguaçu

A poucos quilômetros de Foz, o vereador de Quedas do Iguaçu, Claudelei Torrente Lima (PT), também tomou posse do cargo para o qual foi eleito em outubro. O detalhe é que ele está preso na Penitenciária Industrial de Cascavel desde novembro. A cerimônia ocorreu dentro do presídio. Lima é suspeito de participar de uma milícia armada que operava dentro de assentamentos e acampamentos sem-terra.

GAZETA DO POVO

● NO STF

Após 6 meses, caso de deputado do PR não avança

Catariça Scortecchi

● Um dos primeiros parlamentares a se tornar réu da Lava Jato no âmbito do Supremo Tribunal (STF), o deputado federal pelo Paraná Nelson Meurer (PP) ainda não viu seu caso avançar na Corte.

Desde junho do ano passado, ele responde pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, junto com o advogado Nelson Meurer Júnior e o empresário Cristiano Augusto Meurer, seus filhos.

Segundo investigação da Procuradoria Geral da República, eles teriam se beneficiado pelo esquema de desvio de dinheiro da Petrobras, viabilizado através de contratos da petrolífera com empreiteiras.

Mas, de junho até aqui, além da própria publicação do acórdão que determinou a abertura da ação penal, a Corte apenas rejeitou um embargo de declaração apresentado pela defesa. Na prática, significa que o STF ainda nem se debruçou sobre o mérito do processo.

DEFESA

Nelson Meurer e os filhos "negam peremptoriamente" as acusações, segundo o advogado da família, Michel Saliba. Ele aposta principalmente em testemunhas para "contrapor as palavras dos delatores".

"Chegam a ser débeis, pueris, as provas que eles alegam ter contra o Meurer", diz Saliba, em entrevista à **Gazeta do Povo**.

19 JAN 2017

Policiais civis vão ao STF contra suspensão de reajuste a servidores

● Chegou ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 aprovada na Assembleia Legislativa no fim de 2016 e que, a pedido do governo do Paraná, adiou o pagamento da data-base dos servidores estaduais. O autor da ADI é a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, que argumenta que a suspensão viola o direito "líquido e certo" dos servidores do Executivo ao reajuste. A reposição da inflação de 2016, além de um adicional de 1%, estava garantida em lei, aprovada em 2015 para acabar com uma greve dos servidores. O governo alegou não ter caixa para honrar o compromisso. A ação será relatada pelo ministro Luiz Fux.

CELSO NASCIMENTO

KLEMTZ

Acossado durante a campanha por denúncias de que teria levado objetos da Casa Klemtz para sua chácara particular, o então candidato Rafael Greca conseguiu na justiça barrar a sindicância aberta pela Procuradoria Geral do Município e pela Fundação Cultural de Curitiba. Alegou motivos eleitoreiros dos adversários dispostos a desconstruir sua imagem.

KLEMTZ

Greca só abriria a chácara para a vistoria de peritos após a eleição, ganhou ou não, segundo declarou, em seu nome, o advogado da campanha Walter Agra no dia 27 de setembro, quatro dias antes do pleito. Greca ganhou a eleição e tomou posse. É pertinente, então, perguntar não se, mas quando os peritos serão autorizados a verificar e desmentir a procedência irregular dos objetos históricos que decoram a chácara.

COLUNA DO LEITOR

SUPERLOTAÇÃO

O excesso de lotação nos presídios exige providências imediatas. OAB e Judiciário poderiam realizar mutirões para a liberação de prisioneiros que não foram ainda julgados, ou cujos crimes permitem o cumprimento da pena com a execução de atividades fora da prisão. E que se implemente a tecnologia que impede as ligações telefônicas entre prisioneiros. Não adianta pensar apenas em programas repressivos.

Uriel Villas Boas

TRIBUNAL DE CONTAS

O custo do TC é estratosférico e, além disso, o TC tornou-se um órgão político. Hoje a Alep e o TC são praticamente subordinados ao Executivo. O TC poderia fazer parte do Judiciário, se preservada a isenção nas auditorias e decisões.

Edson Fernandes

19 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Presídio muito grande é barril de pólvora

Quanto maior a penitenciária, maior a dificuldade da polícia para conter rebeliões. Chance de reabilitação do preso também é menor

Diego Ribeiro

● Quanto maior a capacidade do presídio, menos chance o estado tem de controlar os detentos em rebeliões como as que vêm acontecendo nas unidades de vários estados desde o começo do ano, que já totalizaram 117 detentos mortos. A probabilidade de ressocialização também é muito pequena, na opinião de especialistas.

Historicamente, o Brasil sempre construiu grandes unidades. Mas, aos poucos, os gestores públicos têm entendido a necessidade de mudança.

A Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP 1), em Piraquara, na região de Curitiba, de onde 26 detentos fugiram e dois morreram em rebelião no último domingo, tem pouco mais de 600 presos. Já a Casa de Custódia de Piraquara, parte do mesmo complexo, tem 1,4 mil detentos. Realidade semelhante país afora.

A Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, por exemplo, onde 26 detentos morreram no último final de semana, abriga 1.150 presidiários. Com tanta gente, torna-se mais arriscado a entrada da polícia.

Entre os motivos de não serem feitas unidades prisionais menores está a cultura do encarceramento. Se o número de vagas for menor, a probabilidade de ficar superlotada é maior.

Outra explicação está no custo. Fazer mais unidades menores para atender a demanda de presos sairia mais caro e lento, já que necessitaria mais funcionários para atender administrativamente o estabelecimento e mais procedimentos licitatórios para as construções.

Para o advogado Dálio Zippin Filho, membro do Conselho Estadual Penitenciário, uma penitenciária com mais de 500 pessoas já ultrapassa o limite do razoável. "Nestas unidades não se consegue fazer trabalhos para ressocialização. Só dá para fazer contenção de presos", ressalta.

Modelo americano

A presidente do Conselho da Comunidade de Curitiba — entidade ligada à Vara das Corregedorias dos Presídios — a também advogada Isabel Kugler Mendes explica que, ao longo dos anos, o país importou o modelo das penitenciárias norte-americanas, com grandes pavilhões.

"Mas, nos Estados Unidos, os presos são provisórios [aguardam o julgamento] naquelas unidades. Aqui os provisórios ficam para sempre", ironiza.

O diretor-jurídico do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, Ricardo Carvalho Miranda, afirma que os estabelecimentos

com mais de 300 vagas têm o acesso de agentes e da polícia dificultado pela própria arquitetura do prédio, que necessariamente tem de ter uma entrada e um corredor dividindo galerias.

"O tempo é fundamental em casos de rebeliões e, quanto mais difícil o acesso, pior para polícia entrar. A rebelião acaba ganhando força rápido", explica.

800 VAGAS

Quatro das oito futuras unidades prisionais que serão construídas pelo governo do Paraná terão 800 vagas cada. Na avaliação do diretor do Departamento de Execução Penal, Luiz Alberto Cartaxo, os cálculos para construir estabelecimentos penais não são avaliados apenas pela segurança, mas pelo custo da obra. "Eu tenho muitas unidades com mais de mil presos que estão sob absoluta tranquilidade. Quanto maior o presídio, menor o custo por vaga e menor o número de agentes", disse.

19 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Mega delação deve colocar Brasília no centro da Lava Jato

Responsável pela operação no STF, Teori Zavascki deve tornar público no mês que vem o conteúdo explosivo das delações de 77 executivos da Odebrecht

Kelli Kadanus

● A capital federal deve virar o centro das atenções com a divulgação das delações de 77 executivos da Odebrecht no mês que vem. Segundo a estimativa dos investigadores da Lava Jato, os depoimentos de colaboração premiada devem ser tornados públicos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki na segunda quinzena de fevereiro.

Considerada a “delação do fim do mundo”, a colaboração já trouxe à tona denúncias contra o presidente Michel Temer (PMDB), integrantes do governo e importantes figuras do Congresso. A partir da publicidade dos depoimentos, o governo federal pode ter vários incêndios a apagar.

“É de se esperar que o ano político comece com muita tensão por causa da Lava Jato e da Zelotes”, aposta o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Flávio Testa. “O número de pessoas envolvidas deve aumentar”, prevê.

Governo

Os delatores da empresa denunciaram propinas a políticos e operadores no Brasil e exterior em troca da conquista de obras públicas. Nesse contexto, aliados próximos ao presidente Temer podem ser diretamente atingidos, trazendo mais turbulência política para o governo.

O presidente já precisou trocar vários ministros por causa de denúncias de corrupção oriundas da Lava Jato e outras investigações em curso.

A publicidade dos depoimentos pode obrigar a troca de mais ministros importantes de Temer. “Ele terá que fazer uma reforma no começo do ano por conta da nova correlação de forças que resultará das eleições da Câmara e do Senado. E ele ainda pode ter esse agravante [das delações]”, analisa Testa.

Para o cientista político da UnB, as operações Lava Jato e Zelotes devem ter muitos desdobramentos no governo. “Os impactos são previsíveis, mas as consequências são imprevisíveis”, diz. “Pode ter prisões, e a prisão de um ministro forte, de um político do alto clero, causa um desgaste muito grande”, exemplifica Testa.

Colaborou Fernando Martins

LULA E DILMA

A relação da empreiteira com os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff também deve ser detalhada. Marcelo Odebrecht teria confirmado o pagamento de mesadas a um dos principais assessores de Dilma. A delação também pode trazer detalhes

Depoimentos devem gerar “filhotes” da Lava Jato pelo país

● A partir da homologação dos acordos, os investigadores podem usar o conteúdo dos depoimentos para realizar operações e pedir diligências. O presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Barbosa Silva Junior, um dos delatores, tinha em mãos uma planilha que mostra doações da empresa a 200 políticos de 24 partidos — incluindo congressistas, ministros, governadores, prefeitos, entre outros.

Segundo um dos procuradores da força-tarefa em Curitiba, a rede de corrupção entregue nas delações vai chegar inclusive aos governos estaduais e municipais, gerando diversos “filhotes” da Lava Jato pelo país. Com isso, a investigação não deve ficar concentrada somente em Curitiba e Brasília. Por enquanto, o foco da Lava Jato foi a atuação da Odebrecht em contratos irregulares envolvendo a Petrobras. Mas, além do setor de petróleo, a empresa tem atuação em várias outras áreas que já são alvo de suspeitas mas que ainda não tiveram investigações aprofundadas pela operação: aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, setor elétrico, transporte coletivo (metrô), estaleiro, defesa nacional, estádios, entre outros.

sobre a compra de um terreno para a construção de uma nova sede do Instituto Lula em SP.

19 JAN 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTRA RICHÁ, SERVIDORES VÃO AO STF

Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, aprovada na Assembleia Legislativa (foto) a pedido do governo do Paraná, que suspende o pagamento de um reajuste prometido aos servidores estaduais. O autor da ação é a Confederação Brasileira de Trabalhadores



Policiais Civis (Cobrapol), que argumenta na ação que a suspensão viola o direito dos servidores. A reposição da inflação de 2016, além de um adicional de 1%, estava garantida em lei, aprovada em 2015 para acabar com uma greve dos servidores públicos. Na ocasião do envio da LDO deste ano à Assembleia, entretanto, o governador do estado, Beto Richa (PSDB), disse não ter caixa para honrar o compromisso, por isso optou pela suspensão. A confederação de policiais civis cita jurisprudência do próprio STF, que, ao julgar uma ação semelhante, considerou que havia direito adquirido a reajustes previstos em lei para servidores do Tocantins. Por sorteio, o processo terá como relator o ministro Luiz Fux. No entanto, por causa das férias coletivas dos ministros da Corte, o caso só deve ser analisado em fevereiro. O governo do Paraná informou que a análise da LDO 2017 seguiu o rito legal na Assembleia Legislativa e que a legislação aprovada em novembro do ano passado está constitucionalmente amparada.

19 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Teori determina diligências em delações

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou as primeiras diligências nas petições que tratam da homologação dos acordos de delação de executivos da empreiteira Odebrecht na Operação Lava Jato. Zavascki despachou em pelo menos dez dos 77 documentos que chegaram ao Supremo em dezembro do ano passado. O conteúdo das decisões não foi divulgado em razão do segredo de Justiça imposto às investigações.

A previsão é que a decisão final sobre a aceitação do acordo seja assinada em fevereiro, quando a Corte retorna aos trabalhos, após o recesso do início do ano. O ministro poderá recusar a homologação se entender que os depoimentos não estão de acordo com a Lei 12.850/2013, que normatiza as colaborações premiadas. ■

19 JAN 2017

PARANÁ PORTAL – 19/1/2017

Judiciário vai revisar processos de todos os presos do Paraná

O Judiciário vai revisar os processos de todos os 30 mil presos do Paraná. O objetivo é definir a adoção de medidas alternativas no caso das prisões provisórias ou aplicar os benefícios possíveis aos condenados, em uma tentativa de diminuir a superlotação de presídios, delegacias e outras instituições do estado.

A medida é uma resposta à cobrança feita pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, para que os estados acelerarem os julgamentos e colaborem para aliviar a crise carcerária que atinge o país. Foram assinadas duas instruções normativas pelo Tribunal de Justiça que preveem a

CONTINUA

otimização eletrônica de benefícios e um esforço concentrado na execução penal.

De acordo com o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Paraná, desembargador Ruy Muggiatti, os resultados tendem a ser positivos. “Sempre que há este tipo de movimento, há um resultado nesse plano. Nós temos experiência”, garante.

O desembargador esclarece que, no caso dos presos provisórios (aqueles que ainda não foram julgados), deve-se rever o encarceramento e avaliar se medidas alternativas poderiam ser aplicadas. “Apesar de não ter uma sentença condenatória, eles estão presos. Vai ser revista essa situação para ver se está tudo em ordem, se não há nenhum excesso, se os prazos não foram excedidos, e assim por diante”, explica.

CONTINUA

19 JAN 2017

CONTINUAÇÃO Paraná Portal

No caso dos detentos já condenados, a revisão deve garantir que quaisquer pendências – como o direito adquirido a reduções de pena ou progressões de regime – sejam de fato cumpridas. O desembargador Ruy Muggiatti reforça que as medidas adotadas não significam impunidade, mas, sim, a garantia dos direitos das pessoas detidas. “O objetivo é buscar todos aqueles incidentes, ou seja, benefícios como o livramento condicional, comutação de pena, indulto, remissão pelo trabalho ou pelo estudo, tudo que houver vai ser filtrado e vai ser analisado”, explica.

A expectativa é a de que o processo de revisão dure trinta dias. Os trabalhos já foram iniciados. “Esse é um trabalho que não pode ser perdido de vista, tem que ser realizado”, diz.

CONTINUA

19 JAN 2017

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

“Aquele estabelecimento que se torna somente uma contenção, sem respeito aos limites de sua capacidade, corre o risco de se transformar em um depósito de seres humanos que estão sendo submetidos a um processo de desumanização. E isso pode significar um resultado como o que está, agora, retratado nessas notícias doloridas que temos visto”, lamenta.

Atualmente o Paraná tem 30 mil presos, 20 mil deles no sistema e outros dez mil em carceragens de delegacias.

GAZETA DO POVO 18 JAN 2017

Gazeta do Povo – online 18/1/2017

TJ-PR publica edital para concurso de técnico judiciário

**Não perca a live comentando o edital
do concurso a partir das 15h30 no
Facebook do Justiça & Direito e no
da Gazeta do Povo**

Após meses de expectativa, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) publicou nesta quarta-feira (18) o edital para o concurso de técnico judiciário do 1º Grau de Jurisdição. O último concurso aconteceu em 2009 e venceu em 2014.

Ao todo são 100 vagas, 60 para o interior (51 para concorrência geral, 6 para afrodescendentes e 3 para portadores de necessidades especiais) e 40 (34 para concorrência geral, 4

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **GAZETA DO POVO**
para afrodescendentes e 2 para
portadores de necessidades especiais)
para Curitiba e Região Metropolitana.

Conteúdo

18 JAN 2017

A prova, que deve acontecer no terceiro trimestre deste ano, terá 60 questões de múltipla escolha, sendo 20 de Língua Portuguesa, 15 de Matemática e Raciocínio Lógico, 15 de Noções de Direito, 5 de informática e 5 de atualidades. Além disso, há ainda uma questão discursiva sobre o conteúdo de Língua Portuguesa, valendo 40 pontos. A duração da prova será de 5 horas.

Ainda não há banca definida, as inscrições custam R\$ 100 e poderão ser feitas a partir de 23 de janeiro até 21 de fevereiro no site do TJ (este link só passará a funcionar a partir da data do início das inscrições).

A remuneração inicial para o cargo é de R\$ 5.516,51 + Auxílio alimentação (cerca de R\$ 880) + Auxílio saúde (que

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 JAN 2017

varia de acordo com a idade do servidor). A validade do concurso será de 2 anos, contados a partir da homologação do certame. Lembrando que, de acordo com a Constituição Federal, esse prazo poderá ser prorrogado por igual período.

Entenda melhor

O Justiça & Direito fará uma live com a professora especialista em concursos públicos Thais Nunes, a partir das 15h30 desta quarta-feira (18), comentando o edital do concurso. Confira na página do Justiça & Direito no Facebook e na da Gazeta do Povo.